ANEXO I**TÉCNICO EM INFORMÁTICA
REGIÃO ADMINISTRATIVA BELÉM I**

39063, IVAN IKIKAME DE OLIVEIRA, 60.50, 25 / 8398, JEFFERSON LUIZ DO NASCIMENTO RIBEIRO, 58.50, 26 / 22818, VICTOR LUIZ SANTOS NEGRAO, 58.50, 27 / 21559, IGOR DE ANDRADE MONTEIRO, 58.00, 28 / 4698, JOSUE VANELSON BARROS DE MORAIS, 58.00, 29 / 56304, RAFAEL NAZARENO RIBEIRO COSTA, 57.50, 30 / 228, ANTONIO MARCOS FONTES DE CASTELO BRANCO, 57.50, 31 / 51718, FRANCISCO RAMON NOVAES DE ALMEIDA, 57.50, 32.

**TÉCNICO EM INFORMÁTICA
REGIÃO ADMINISTRATIVA NORDESTE I**

031134, HENRIQUE TEIXEIRA DA SILVA JUNIOR, 47.00, 3

**TÉCNICO EM INFORMÁTICA
REGIÃO ADM TOCANTINS E MARAJÓ**

031240, ISOMAR DOS SANTOS VALENTE, 50.00, 2
TÉCNICO EM INFORMÁTICA - REGIÃO ADM SUDESTE I
029590, RODRIGO PEREIRA GOMES, 54.50, 3.

TÉCNICO EM INFORMÁTICA - REGIÃO ADM SUDESTE II

066746, MAX RAFAEL NEVES, 50.00, 2.

TÉCNICO EM INFORMÁTICA - REGIÃO ADM SUDOESTE II

037245, WELLINGTON RIBEIRO SOUSA, 56.50, 2.

**TÉCNICO EM INFORMÁTICA
REGIÃO ADM BAIXO AMAZONAS**

049656, SANDRO RODRIGUES DA SILVA, 58.00, 4

ANEXO II

O candidato relacionado no Anexo I deverá submeter-se à Perícia Médica Oficial do Estado do Pará munido dos seguintes documentos:

- Laudo oftalmológico;
- Laudo psiquiátrico;
- Laudo cardiológico com eletrocardiograma;
- Hemograma completo;
- Exame de glicemia;
- 1 (uma) foto 3x4; e
- Cópia de RG e CPF.

Os laudos e exames acima mencionados serão realizados a expensas do candidato.

Os laudos emitidos em outros Estados deverão conter assinatura do médico reconhecida em cartório.

Para mais informações, entrar em contato através dos telefones (91) 3194-1006/3194-1316.

ANEXO III

Apenas os candidatos aprovados, relacionados no anexo I deste Aviso, deverão comparecer para a entrega dos documentos abaixo relacionados no Ministério Público do Estado do Pará (Departamento de Recursos Humanos), na Rua João Diogo, 100- Cidade Velha -Belém/PA CEP: 66015-165 ou enviá-los via Correios-Sedex. Caso a forma de envio seja por meio dos Correios-Sedex, os documentos, que sejam cópias, deverão ser autenticados.

1. Folhas corridas da justiça comum (federal e estadual) e da justiça militar (federal e estadual), expedidas por órgãos com jurisdição no(s) local (ais) de residência do candidato, nos últimos 5 (cinco) anos. As certidões (originais) deverão abranger ações penais;
2. Atestados (originais) de antecedentes das polícias federal e estadual;
3. Título de eleitor e do comprovante de votação no último pleito eleitoral, nos dois turnos, se for o caso (original e cópia);
4. CPF (original e cópia)
5. Prova de quitação com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino (original e cópia);
6. Instrumento de mandato, contendo poderes e finalidades específicos, para apresentar a documentação exigida, se for o caso;
7. Certidão de comprovação de servidor público, se for o caso;
8. Atestado de saúde física e mental, onde conste que o (a) candidato (a) está apto ao exercício do cargo público a que concorre (originais);
9. Curriculum Vitae, conforme modelo do anexo V, do Edital Nº 001/2012-MP, com as devidas comprovações (original e cópia), com a inclusão de e-mail para contato;
10. Declaração sob as penas da lei que não responde a processo administrativo disciplinar ou nem tenha sido condenado com a pena de demissão simples ou a bem do serviço público, destituição de cargo ou função comissionada e rescisão de contrato temporário por falta funcional grave prevista nos regimes jurídicos de servidores públicos;
11. RG (original e cópia);
12. Cadastro PIS/PASEP;
13. Certificado de escolaridade (original e cópia) exigida para o cargo;
14. 3 (três) fotos 3x4;
15. Comprovante do tipo sanguíneo e fator RH (original);

16. Comprovante de residência (original e cópia);
17. Certidão de casamento (original e cópia) ou união estável (original e cópia), se for o caso;
18. Certidão de nascimento dos dependentes (original e cópia), se houver;
19. Declaração de que não participa de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercício de comércio, nos termos do art. 178, VII e IX da Lei Estadual nº 5.810/1994;
20. Declaração negativa de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública;
21. Declaração de bens ou apresentação da fotocópia do Imposto de Renda;
22. Declaração de parentesco;
23. Declaração de vedação ao exercício da advocacia, se for o caso.

Protocolo: 171690

EDITAL 016/2017-CSMP

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto nos artigos 62 e 63, da Lei Federal nº 8.625/93, c/c o artigo 88, § 1º e artigo 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, FAZ SABER aos Promotores de Justiça de 2ª Entrância que se encontram abertas as inscrições, no prazo de 10 (dez) dias, as quais devem ser apresentadas por um dos meios previstos no art. 56, § 2º, do Regimento Interno do Conselho Superior, referente ao CONCURSO DE REMOÇÃO para preenchimento do cargo vago na Promotoria de Justiça abaixo indicada:

CARGO	CRITÉRIO
10ª PJ CÍVEL DE SANTARÉM	ANTIGUIDADE

Belém-PA, 26 de abril de 2017.

MIGUEL RIBEIRO BAÍA-Procurador-Geral de Justiça, em exercício
Presidente do Conselho Superior

Protocolo: 171462

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e Apolo Comercial LTDA- EPP.

Objeto: Revitalização de Armário do Gabinete da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará.

Nº. da nota de empenho: 2017NE02459.

Dotação Orçamentária: UO: 12101; Programa de Trabalho: 03.122.1434.8332; Fonte 0101. Elemento de Despesa: 3390-39. Valor: R\$ 1.880,00, (Hum Mil Oitocentos e Oitenta Reais).

Data da Assinatura: 24/04/2017.

Ordenador Responsável: GILBERTO VALENTE MARTINS.

Protocolo: 171669

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e Apolo Comercial LTDA- EPP.

Objeto: Confeção de Armário da cor branca para Banheiro da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará.

Nº. da nota de empenho: 2017NE02460.

Dotação Orçamentária: UO: 12101; Programa de Trabalho: 03.122.1434.8332; Fonte 0101. Elemento de Despesa: 4490-52. Valor: R\$ 2.485,00, (Dois Mil Quatrocentos e Oitenta e Cinco Reais).

Data da Assinatura: 24/04/2017.

Ordenador Responsável: GILBERTO VALENTE MARTINS.

Protocolo: 171673

EXTRATO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO**Nº 000117-151/2016-MP/PJ/DPP/MA**

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DO EXERCÍCIO DO 6º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. ALDO DE OLIVEIRA BRANDÃO SAIFE, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO nº 000117-151/2016 -MP/PJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 011/2017

Data da Instauração: 10/02/2017

Objeto: Apurar sobre a legalidade do exercício de funções de natureza policial por parte dos agentes administrativos da Polícia Civil do Estado do Pará.

Interessado: Sindipol-Sindicato dos Servidores Públicos da Polícia do Estado do Pará

Investigado: Polícia Civil do Estado do Pará

Promotoria de Justiça: 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA
Promotora de Justiça: ALDO DE OLIVEIRA BRANDÃO SAIFE.

Protocolo: 172016

PORTARIA Nº 001/2017-MP/PJCEAP/PA

CONSIDERANDO o disposto no art. 127, caput, e art. 129, I, II, VII da Constituição da República Federativa do Brasil, no sentido que cabe ao Ministério Público, como titular exclusivo da ação penal pública e destinatário da investigação policial, exercer o controle externo da atividade policial para garantir a legalidade, probidade, eficiência e respeito aos direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito.

CONSIDERANDO que o Ministério Público exerce o controle externo da atividade policial por meio de medidas judiciais e extrajudiciais, conforme disposto no art. 9º da Lei Complementar n. 75/1993 c/c o art. 80 da Lei n. 8.625/1993 (LONMP),

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode instaurar procedimento administrativo para sanar as deficiências ou irregularidades detectadas no exercício do controle externo da atividade policial, conforme art. 4º, § 2º, da Resolução n. 20/2007-CNMP, e art. 4º, § 2º, da Resolução n. 11/2011-CPJ, c/c art. 26, I da Lei 8.625/1993 e art. 54, I, da Lei Complementar Estadual nº 057/2006,

CONSIDERANDO a possibilidade de atuação conjunta de membros devido à complexidade de matéria, conforme disposto no art. 3º, §6º da Resolução n. 13/2006-CNMP,

CONSIDERANDO o esgotamento do prazo previsto no art. 3º, § 5º, da Resolução n. 13/2006/CNMP para acompanhamento das notícias de fato e a necessidade de acompanhar a política de segurança pública desempenhada pela Corregedoria da Guarda Municipal de Belém,

O Promotor de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial RESOLVE:

1. Determinar a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, registrando e autuando os documentos referidos em capa própria, para acompanhar a Notícia de Fato nº 001110-100/2016.

2. Cumpra-se as determinações constantes em despacho nos autos.

3. Ciência à Corregedoria-Geral da Polícia Civil.

4. Encaminha-se cópia da portaria à Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará.

5. Proceder às anotações cabíveis.

Belém, 22 de fevereiro de 2016.

LUIZ MÁRCIO TEIXEIRA CYPRIANO

Promotor de Justiça titular da 2ª PJ de Controle Externo da Atividade Policial de Belém

Protocolo: 172047

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA**EXTRATO DE PORTARIAS**

Nº	DATA	REFERÊNCIA
60/2017	17/04/2017	SUSPENDER, AS FÉRIAS CONCEDIDAS PELA PORTARIA Nº 58/2017 À SERVIDORA PAULA VALERIA ALCANTARA COUTINHO (MAT. 529566-1)

Protocolo: 171929

SUPRIMENTO DE FUNDO**SUPRIMENTO DE FUNDO
PORTARIA Nº 61/2017/MPCM-PA
BELÉM, 24 DE ABRIL DE 2017**

A Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Conceder suprimento de fundos ao servidor ARTHUR BRAGA CHAVES - Diretor do Departamento de Gestão Operacional - Matrícula nº 000027, CPF : 429.445.202-10, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), para as despesas de pronto pagamento do órgão(exercício financeiro 2017), obedecendo a seguinte classificação orçamentária: 011221442.8515.339039 (Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica)- Valor: R\$ 400,00 (Quatrocentos reais) 011221442.8515.339036 (Serviços de Terceiros Pessoa Física)- Valor: R\$ 600,00 (Seiscentos reais) 011221442.8515.339030 (Compra de Material de Consumo)- Valor- R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)

TOTAL : R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais)

O período de aplicação do referido suprimento é de 60 (sessenta) dias e a prestação de contas será feita em até 15 (quinze) dias subseqüentes a este período.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Maria Regina Cunha

Procuradora-Geral do MPCM-PA

Protocolo: 171940